



Documento Assinado Digitalmente por: ERIKA GOMES LACET  
Acesse em: <https://eice.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: c48df682-dca1-45e7-ab27-5b7d371101e9

**Secretaria da Controladoria-Geral do Estado**

# Relatório de Desempenho da Gestão SCGE 2023

*Março/2024*



Este documento apresenta as ações promovidas pela Secretaria da Controladoria-Geral do Estado de Pernambuco (SCGE) durante o exercício de 2023, buscando o cumprimento de sua missão institucional.



**Érika Gomes Lacet**

Secretária da Controladoria-Geral do Estado

**Filipe Camelo de Castro**

Secretário Executivo de Auditoria e Governança

**Renato Barbosa Cirne**

Secretário Executivo de Transparência e Controle

**Cláudia Regina da Cunha França**

Diretora de Auditoria

**Cristiana Borges de Barros e Silva Novellino**

Diretora de Governança e Riscos

**Ricardo Henrique Miranda de Araújo**

Diretor de Integridade e Correição

**Luana Silva Bernaola**

Diretora Convênios e Regularidade

**Daniel Ricardo Veras Tine de Oliveira**

Diretora Informações Estratégicas e Prestação de Contas

**Leonildo da Silva Sales**

Diretor de Transparência e Participação Cidadã

**Carolina Neiva Alvim**

Diretor de Planejamento e Gestão

**Maria Elisa de Andrade Marcelino**

Diretora de Ouvidoria-Geral do Estado

**Sandra Wanderley Lubambo**

Diretora de Tecnologia de Informação do Controle Interno

**Daniela Gonzaga da Mota**

Assessora Especial de Controle Interno

**Carmen Raquel Nunes Silva**

Assessora Técnica



Documento Assinado Digitalmente por: ERIKA GOMES LACET  
Acesse em: <https://ecec.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: c48df682-dca1-45e7-ab27-5b7d371101e9

## Sumário

<b>Sumário</b>	<b>2</b>
<b>Apresentação</b>	<b>2</b>
<b>Competência Institucional e Estrutura Organizacional</b>	<b>3</b>
<b>Mapa Estratégico da SCGE</b>	<b>4</b>
<b>Execução Orçamentária</b>	<b>5</b>
<b>Atividades Desenvolvidas</b>	<b>5</b>
<b>Conclusão</b>	<b>20</b>



## Apresentação

As atividades desenvolvidas pela Secretaria da Controladoria-Geral do Estado (SCGE) têm evoluído ao longo do tempo com a adoção de novas práticas, funções, atividades e competências. O foco de atuação da Controladoria tem sido a valorização da parceria com o gestor público, orientando preventivamente e incentivando a transparência, a responsabilização e o relacionamento colaborativo, de modo a utilizar os recursos públicos da melhor forma, oferecendo serviços de qualidade à sociedade.

Este relatório apresenta as ações promovidas pela Secretaria da Controladoria-Geral do Estado de Pernambuco (SCGE) durante o exercício de 2023, buscando o cumprimento de sua missão institucional.

## Competência Institucional e Estrutura Organizacional

A Lei Estadual nº 16.520, de 27 de dezembro de 2018, atribuiu à SCGE a finalidade e a competência de coordenar o Sistema de Controle Interno da administração pública estadual, na prevenção e no combate à corrupção, na defesa do patrimônio público, no fomento ao controle social, na melhoria da qualidade do gasto, no apoio ao controle externo; exercer funções de controladoria, auditoria, ouvidoria e analisar atos de correição; e exercer o acompanhamento dos convênios celebrados com a União ou outro ente federado, desde a celebração até a prestação de contas final dos referidos instrumentos, para orientar os gestores dos órgãos e entidades, em todas as etapas, assim como acompanhar apontamentos posteriores eventualmente apresentados por órgãos de controle externo.

Segue abaixo a estrutura organizacional da SCGE:

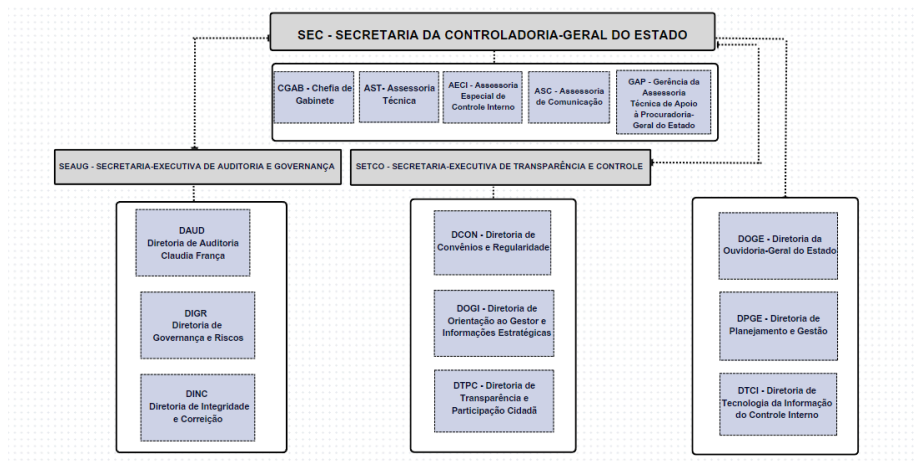


Figura 1 – Organograma SCGE.



## Mapa Estratégico da SCGE

Em 2023, a SCGE elaborou seu Planejamento Estratégico 2024-2027. O processo consistiu em diversas etapas, desde o levantamento e diagnóstico organizacional, com identificação de pontos fortes e fracos, oportunidades e ameaças, passando pela revisão da missão, visão e valores, até a definição dos Objetivos e Resultados-Chave (OKRs) que serão a base da estratégia da instituição.

A metodologia OKR (Objectives and Key Results) é uma abordagem colaborativa de definição de metas usada com resultados mensuráveis. Os OKRs auxiliam a gestão de forma simples e ágil, sendo uma importante ferramenta de comunicação e alinhamento da organização. Um dos principais ganhos do uso da metodologia é estabelecer direções claras para o que se deseja alcançar.

Apresentamos a seguir o Mapa da Estratégia da SCGE:



Figura 2 – Mapa da Estratégia SCGE.



## Execução Orçamentária

Abaixo seguem os dados da execução orçamentária de 2023.

Grupo de Despesa	Orçado (R\$)	Executado (R\$)
Grupo 1	R\$ 45.317.800,00	R\$ 40.838.272,47
Grupo 3	R\$ 3.940.232,00	R\$ 2.565.469,00
Grupo 4	R\$ 1.445.915,37	R\$ 849.897,53
<b>Total</b>	<b>R\$ 50.703.947,37</b>	<b>R\$ 44.253.639,00</b>

Tabela 1 – Demonstrativo da evolução dos orçamentos dos Grupos 1, 2 e 3 e de suas execuções (Fonte: extração de dados enviada pela SEFAZ).

Para fins de atendimento ao anexo II da Resolução TC Nº 218, de 06 de dezembro de 2023, informamos que não houve metas prioritárias executadas por esta Secretaria, no exercício de 2023.

## Atividades Desenvolvidas

A SCGE, órgão integrante da Administração Direta do Poder Executivo Estadual, tem por finalidade e competência coordenar o Sistema de Controle Interno da Administração Pública Estadual, na prevenção e no combate à corrupção, na defesa do patrimônio público, no fomento ao controle social, na melhoria da qualidade do gasto, no apoio ao controle externo; exercer funções de controladoria, auditoria, ouvidoria e analisar atos de correição; e exercer o acompanhamento dos convênios e parcerias celebrados com a União ou outro ente federado, desde a celebração até a prestação de contas final dos referidos instrumentos, para orientar os gestores dos órgãos e entidades, em todas as etapas, assim como acompanhar apontamentos posteriores eventualmente apresentados por órgãos de controle externo.

Compete à Secretária da Controladoria-Geral do Estado assessorar a Governadora do Estado nos assuntos de competência de sua Pasta, definir e estabelecer as políticas, diretrizes e normas de organização interna; planejar, dirigir e controlar as ações da Secretaria.

As atividades da SCGE são desenvolvidas diretamente por suas unidades integrantes.

### 1. Gabinete do Secretário

#### 1.1. Chefia de Gabinete

Compete à Chefia de Gabinete assistir a Secretária nos assuntos pertinentes ao âmbito do Poder Executivo Estadual, no desempenho de suas atribuições e tarefas, e assessorá-lo no



exame de matérias de natureza administrativa; atuar no apoio administrativo, organizacional e logístico, atendendo a todas as necessidades de organização, despacho e distribuição de expediente; planejar, organizar, executar e apoiar atividades próprias ao desenvolvimento, fortalecimento e ampliação das relações institucionais da secretaria; articular ações com as unidades administrativas da Secretaria visando o fortalecimento da gestão; apoiar e estimular a realização de eventos institucionais promovidos pela SCGE.

#### 1.2. Assessoria de Comunicação (ASC)

Compete à Assessoria de Comunicação assessorar a Secretária e s Secretários Executivo nos assuntos relacionados à Imprensa; prestar serviços de comunicação direcionados aos ambientes interno e externo da Secretaria; coordenar o fluxo interno e externo de informações; fortalecer a comunicação interna entre a administração e os servidores; e produzir materiais de divulgação, eventos e comunicação interna.

#### 1.3. Assessoria Especial de Controle Interno (AECI)

Compete à Assessoria de Controle Interno coordenar a elaboração da prestação de contas anual de gestão da SCGE e emitir pronunciamento sobre sua completude; monitorar e apoiar o atendimento tempestivo e a implementação das recomendações, determinações e demandas de órgãos de controle e de defesa, relacionadas à SCGE; prestar orientação e apoio à identificação, implementação, normatização e sistematização de controles internos; dar suporte e monitorar a execução de ações atinentes às temáticas de gestão de riscos, transparência e integridade da gestão; e, cientificar tempestivamente o dirigente máximo sobre falhas ou ilícitos de seu conhecimento, que sejam caracterizados como irregularidade ou ilegalidade.

#### 1.4. Assessoria Técnica (AST)

Compete à Assessoria Técnica assessorar a Secretária da Controladoria-Geral do Estado, no exame de matérias de natureza técnica; apoiar a realização de projetos e ações de cunho estratégico; realizar estudos técnicos específicos de interesse da Secretaria; e realizar o monitoramento das ações estabelecidas em convênios e acordos de cooperação técnica celebradas pelo órgão.

#### 1.5. Gerência da Assessoria Técnica de Apoio à Procuradoria-Geral do Estado (GAP)

Compete à Gerência de Assuntos Jurídicos prestar assessoramento de natureza jurídica ao Gabinete da Secretária; analisar a conformidade legal de atos normativos, processos licitatórios, contratos e convênios; prestar apoio jurídico às demais unidades administrativas da Secretaria, respeitadas as competências da Procuradoria Geral do Estado



constantes da Lei Complementar nº 2, de 1990.

#### 1.6. Coordenadoria da Escola de Controle Interno (ECI)

Compete à Escola de Controle Interno planejar, coordenar e executar cursos, oficinas e palestras em matérias relativas ao controle interno; apoiar iniciativas e eventos institucionais internos e externos promovidos pela SCGE; e, fomentar o desenvolvimento científico na temática de controle interno.

#### 1.7. Secretaria Executiva de Auditoria e Governança (SEAUG)

Compete à SEAUG prestar assessoramento direto à Secretária da Controladoria-Geral do Estado, no âmbito de sua atuação; e, planejar e coordenar políticas, programas, ações e projetos voltados à promoção de auditoria, governança, integridade, gestão de riscos e correição.

##### 1.7.1. Diretoria de Auditoria (DAUD)

Compete à DAUD planejar e dirigir as ações de auditoria, fiscalização e de avaliação de controles internos da aplicação de recursos públicos estaduais; e, dirigir as ações de avaliação dos resultados da ação governamental e da gestão dos administradores públicos.

Seguem os principais resultados alcançados pela DAUD em 2023:

- 123 ações de fiscalização e controle em diversas Unidades Gestoras;
- Projeto IA-CM:
  - Estudo, elaboração e apoio à expedição da Instrução de Serviço Interno SCGE nº 02/2023 - Aprovar e estabelecer a Sistemática de Quantificação e Registro dos Benefícios decorrentes das ações de Auditoria Interna Governamental promovidas pela Secretaria da Controladoria-Geral do Estado (SCGE/PE);
  - Estudo, elaboração e apoio à expedição da Instrução de Serviço Interno SCGE nº 03/2023 - Aprovar e estabelecer o Mapeamento do Processo: Gerenciar Auditorias Governamentais;
  - Autoavaliação de maturidade, com base no Modelo IA-CM, no período de 15 de agosto a 30 de outubro de 2023 com base na revisão do relatório de autoavaliação elaborado no ciclo de avaliação realizado em 2019-2020, tendo sido instituído grupo de trabalho para esse objetivo, o qual realizou essa autoavaliação até o nível 2 (Infraestrutura).
- Ações de destaque:
  - Manual - Tema: Diretrizes para avaliação dos contratos - Decreto nº 54.394/2023;
  - Diagnóstico de 105 obras consideradas paralisadas ou inacabadas pelo TCE/PE e obras contidas no Plano de Retomada;;
  - Consultorias em processos no IASSEPE;



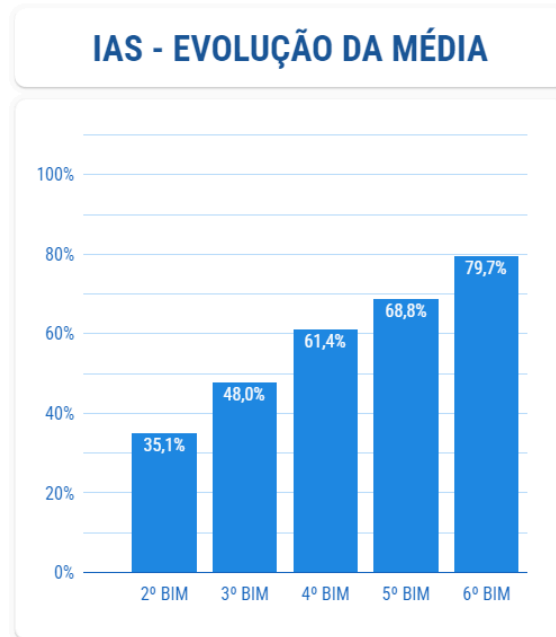
- Plano Anual de Auditoria Interna Baseado em Riscos; e
- Participação do Estado de PE na Câmara Técnica do IA-CM do Conaci.

#### 1.7.2. Diretoria de Governança e Riscos (DIGR)

Compete à DIGR planejar e dirigir as ações para o desenvolvimento do sistema de controle interno do Poder Executivo Estadual; planejar e dirigir as ações para o fomento da melhoria da governança e da cultura de gestão de riscos dos órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual.

Seguem os principais resultados alcançados pela DIGR em 2023:

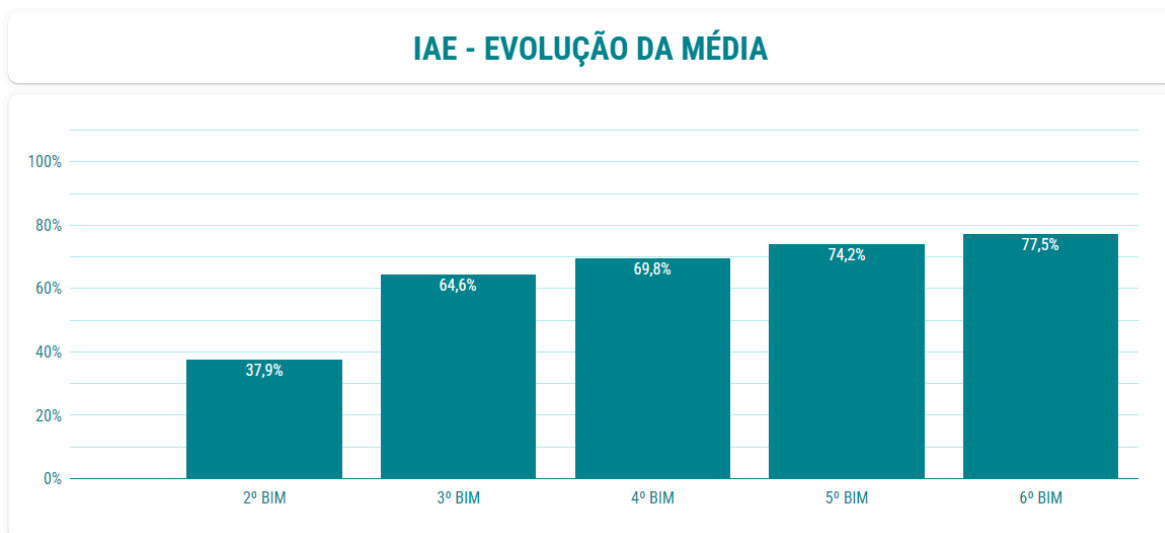
- Unidades de Controle Interno (UCIs):
  - 61 UCIs instituídas no Poder Executivo Estadual, tendo sido 4 instituídas em 2023;
  - Evolução da Média do IAS 2023 (60 UCIs monitoradas e 30 pontos de controle):



- 43 UCIs no nível 5 (IAS 2022);
- UCIs com 100% de atendimento do IAS 2023: ADEPE, CEPE, CTM, EMPETUR, LAFEPE, SDSCJPVD, SECTI, SEFAZ e SUAPE;
- 02 Reuniões Técnicas das UCIs;
- 04 Reuniões de Monitoramento;
- 26 Reuniões de Orientação;
- 03 Reuniões de Sensibilização com os dirigentes máximo sobre a importância do controle interno;
- 03 Oficinas realizadas para as UCIs;



- 01 Caderno de Boas Práticas de Controle Interno (3ª Edição);
  - 01 Semana de Integração, evento cujo objetivo foi capacitar os membros das UCIs nas Macrofunções do Controle Interno com carga horária de 16hs;
  - 10 Palestras sobre temáticas relacionadas ao controle interno nos órgãos/entidades do Poder Executivo Estadual;
  - 50 Visitas Técnicas às UCIs;
  - Monitoramento da atuação de 40 UCIs no atendimento do teto de despesa em parceria com a SEFAZ.
- Estatais PE:
    - 15 Estatais monitoradas;
    - Evolução da Média do IAE 2023 (37 pontos de controle monitorados, sendo 08 apenas aplicáveis às Estatais de Grande Porte):



- 09 Estatais no nível 5 (IAE 2023);
  - Estatais com 100% de atendimento do IAE 2023: ADEPE, LAFEPE e SUAPE;
  - 01 curso de Governança Corporativa nas Empresas Estatais;
  - 07 documentos de orientação;
  - 03 Reuniões de Monitoramento;
  - 03 Reuniões de Orientação;
  - Diagnóstico de Governança COPERGÁS - realizadas ações de fomento para melhoria da Governança da Copergás (02 cursos de Governança Corporativa nas Empresas Estatais); e
  - Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal - PAF - orientação às estatais e consolidação do “Quadro das Estatais” para envio ao STN.
- Gestão de Riscos (GR):



- Apoio à estruturação e implementação da Gestão de Riscos da SCGE;
- Desenvolvimento de Documentos/Modelos da metodologia de Riscos nas Contratações:
  - Publicação da Portaria SCGE nº 08/2023 que trata da Política Geral de Riscos nas Contratações Públicas e posterior alteração por meio da Portaria 62/2023;
  - 02 Palestras sobre Riscos nas Contratações;
  - 08 turmas do curso Prático de Riscos nas Contratações Públicas;
  - Disponibilização do curso de Riscos nas Contratações Públicas na modalidade EAD sem instrutoria ;
  - Cartilha “Diálogo sobre Riscos nas Contratações Públicas” publicada.
- Atividade de consultoria:
  - Consultoria IRH;
  - Consultoria SDS e Operativas (SDS-Sede, PCPE, PMPE, CBMPE, Polícia Científica, Defesa Civil e Corregedoria);
  - Consultoria SAD (treinamento concluído e facilitação em andamento);
- 07 turmas do curso Gerenciamento de Riscos em 7 Passos;
- 19 Reuniões de Sensibilização sobre Gestão de Riscos com os dirigentes máximos dos órgãos/entidades;
- 05 Palestra sobre a Importância da Gestão de Riscos.
- Sistema GR-PE: planejamento da contratação da solução por meio de pregão eletrônico.

### 1.7.3. Diretoria de Integridade e Correição (DINC)

Compete à DINC fortalecer o poder disciplinar estadual; planejar e coordenar ações, projetos e programas de estímulo à prevenção e ao combate à corrupção no âmbito do Poder Executivo Estadual; fomentar boas práticas de gestão para a atuação correcional das unidades gestoras; otimizar a integração e gerenciamento das informações correcionais; e, revisar a análise das Tomadas de Contas Especiais instauradas no Poder Executivo Estadual.

Seguem os principais resultados alcançados pela DINC em 2023:

- Financeiro:
  - Retorno potencial de R\$ 7.579.985 milhões nas certificações de Tomada de Contas Especial; e
- Normativo Legal:
  - Decreto Estadual nº 54.436/23 – Programa Pernambuco Mais Íntegro - PPMI, o qual visa estabelecer objetivos e diretrizes para a promoção da ética, da integridade, da probidade e do respeito às normas que regulamentam as



relações entre a administração pública e os setores público e privado, bem como definir a estrutura dos programas e planos de integridade dos órgãos e entidades; e

- Lei Estadual nº 18.411/2023– Institui o Sistema de Correição do Poder Executivo Estadual – SISCOR, compreendendo as atividades de correição relacionadas à prevenção, apuração e responsabilização concernentes a ilícitos praticados no âmbito da administração pública, por meio da instauração de processos e adoção de procedimentos visando, inclusive, ao ressarcimento de eventual dano ao erário.
- Operacional:
  - 02 inspeções correcionais no âmbito do Poder executivo Estadual;
  - 11 palestras, cursos e eventos acerca de integridade, anticorrupção, correição e Tomada de Contas Especial;
  - 111 servidores registrados no cadastro de servidores expulsos no âmbito do Poder Executivo Estadual;
  - 616 novos Processos Administrativos Disciplinares e TCEsp registrados no monitoramento;
  - 1969 processos administrativos monitorados;
  - 207 Tomadas de Contas Especiais monitoradas;
  - 28 processos de Tomada de Contas Especial analisados;
  - redução do tempo médio de certificação de Tomadas de Contas Especiais de 188 para 177 dias;
  - 03 Processos Administrativos Disciplinares concluídos;
  - 01 Processo de Apuração e Aplicação de Penalidades concluído;
  - 11 Juízos de admissibilidade realizados;
  - 05 Procedimentos de investigação preliminar (PIP) concluídos;
  - 01 Processo administrativo de responsabilização (PAR) concluído;
  - 15 Programas de Integridade de PJ contratada analisados;
  - 10 Certificados de Programas de Integridade de PJ contratada emitidos; e
  - 23 Reuniões de sensibilização em órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual sobre o PPMI.
- Orientação/Gestão:
  - Coordenação do Comitê Recursal do PAR;
  - Elaboração de cartilha de orientação para Processamento eletrônico de PADs no SEI;
  - Desenvolvimento de sistema para avaliação de programas de integridade; e
  - Serviços de secretaria da Comissão de Ética Pública.



### 1.8. Secretaria Executiva de Transparência e Controle (SETCO)

Compete à SETCO prestar assessoramento direto à Secretária da Controladoria-Geral do Estado; planejar e coordenar políticas, programas, ações e projetos voltados à promoção da transparência, à participação cidadã, à produção de informações estratégicas e baseadas em risco, à orientação da gestão de convênios e parcerias, regularidade e prestação de contas do Poder Executivo Estadual.

### 1.9. Diretoria de Informações Estratégicas e Prestação de Contas (DIPC)

Compete à DIPC planejar e dirigir a orientação da prestação de contas do Poder Executivo Estadual; gerir a produção de informações estratégicas das receitas e despesas públicas baseadas em risco para auxiliar a tomada de decisão; compor e defender, perante o Tribunal de Contas do Estado, a prestação de contas anuais de governo; e, planejar e dirigir o monitoramento e a avaliação da implementação das recomendações do Tribunal de Contas do Estado relacionadas às contas anuais de governo.

Seguem os principais resultados alcançados pela DIPC em 2023:

- Orientação aos Gestores:
  - 93,3% de satisfação dos serviços de atendimento ao público;
  - 1.221 atendimentos ao gestor público;
  - 22 Boletins Informativos elaborados;
  - 16 Notas Técnicas elaboradas;
  - 8 Orientações Técnicas;
  - 16 Cursos ministrados;
  - 580 Ações de Suporte e Orientação ao módulo de Prestação de Contas - GPC;
  - 12.258 acessos ao portal de orientação;
  - 5.562 acessos ao sistema do CRPC;
  - Coordenação da elaboração e envio da PC GOV 2022;
  - 01 Manual/cartilha elaborado:
    - Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF).
- Informações estratégicas:
  - 36 Trilhas de auditoria executadas;
  - Economia Potencial anual de R\$ 51,73 milhões;
  - Monitoramento mensal de 10 tipos de receitas e de despesas que dão apoio à decisão do Núcleo de Gestão, da CPF e da CPP;
  - 41 demandas urgentes atendidas, com tempo médio de 2 dias.

#### 1.9.1. Diretoria de Convênios e Regularidade (DCON)



Compete à DCON planejar e gerir ações de orientação aos órgãos e entidades do Estado na temática de convênios de receita e de despesa, inclusive parcerias; aprimorar a governança e cultura de gerenciamento de riscos desses instrumentos; planejar e dirigir a padronização dos procedimentos de execução dos convênios de receita e de despesa, inclusive parcerias no Poder Executivo Estadual; orientar e acompanhar as ações necessárias à regularidade jurídica, fiscal, econômico-financeira e administrativa dos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual.

Seguem os principais resultados alcançados pela DCON em 2023:

- Convênios de Despesa:
  - Gestão do CRT: 984 processos analisados para habilitação dos interessados em firmar convênios com o Estado de Pernambuco e emissão de 337 CERTs – Certificado de Regularidade de Transferência Estadual;
  - Análise de 134 (cento e trinta e quatro) convênios de despesa, firmados no período de 2021 a 2022, perfazendo um valor pactuado pelo Estado de R\$ 494,1 milhões, com um repasse realizado aos municípios de R\$ 252,8 milhões e R\$ 198 milhões a repassar;
  - Desenvolvimento de Melhorias no Sistema CRT (Cadastro de Regularidade de Transferências Estaduais) com vista à integração com o GTV (Gestão de Transferências voluntárias e Parcerias) e emissão do CERTN (Certificado de Regularidade de Transferência Estadual Narrativa) e do CERTPN (Certificado de Regularidade de Transferência Estadual Positiva com efeito Negativa);
  - Desenvolvimento de Módulo de Gestão de Transferências Voluntárias e Parcerias no efisco: GTV (Homologação do Cadastro de Usuários, Cadastro de Chamamento Público e Cadastro da Proposta Vencedora; Simplificação do Módulo de Execução e Elaboração do Módulo de Prestação de Contas);
  - Projeto Piloto e Capacitação do GTV com servidores da SEDUH;
  - Manual de Parcerias com Organizações da Sociedade Civil (OSC) - Decreto Estadual nº 44.474/2017;
- Convênios de Receita:
  - Realização de autoavaliação nas 39 Unidades Gestoras do Estado, em relação ao cumprimento dos pontos de controle relativos à gestão de transferências voluntárias e parcerias;
  - Elaboração do Modelo de Maturidade na Gestão de Transferências da União cujo objetivo será atingir um padrão mínimo de governança na gestão de Transferências da União;
  - Realização de 25º Fórum Regional de Fortalecimento da Rede de Parcerias, em parceria com o Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos e a



- Associação Municipalista de Pernambuco (Amupe);
  - Apoio às Unidades Gestoras e verificação quanto ao atendimento dos requisitos dos projetos submetidos ao governo federal para realização de obras do Novo PAC - 168 Propostas enviadas para análise;
  - Desenvolvimento do Módulo GTU (Gestão de Transferências da União) no efisco;
  - Formação de Multiplicadores da equipe da CCR (Coordenadoria de Convênios de Receita)
  - Capacitação nos Módulos A e B da Plataforma do Transferegov.
- Regularidade:
    - Renovação da Certidão Negativa de Débitos do Estado (CND). 2 rodadas. (120+ CNPJs relacionados de forma direta e 2000+ CNPJs relacionados de forma indireta);
    - Controle Preventivo: 600+ alertas preventivos de acompanhamento da Regularidade Estadual enviados; e
    - Controle Repressivo: Inscrições CAUC. (100% das inscrições da Administração Direta resolvidas e 82% das inscrições da Administração Indireta resolvidas). 36 notificações emitidas
    - Desenvolvimento do Sistema de Acompanhamento da Regularidade Estadual - ARE

#### 1.10. Diretoria de Transparência e Participação Cidadã (DTPC)

Compete à DTPC formular e coordenar políticas, ações, projetos e programas voltados à promoção da transparência ativa da gestão pública estadual e ao estímulo da interação entre sociedade e os órgãos e entidades estaduais; coordenar as ações de gestão e manutenção das ferramentas de transparência ativa do Poder Executivo Estadual, bem como de monitoramento da atualização de suas informações; propor normatizações e orientações relacionadas à transparência ativa da gestão pública estadual e à participação cidadã; organizar e supervisionar tecnicamente as matérias relacionadas à transparência e à participação cidadã.

Seguem os principais resultados alcançados pela DTPC em 2023:

- Recorde no número de acessos ao Portal da Transparência. Em 2023, foram 929.493 sessões de navegação no Portal, um aumento de 37,05% em relação ao ano de 2022 (678.525 sessões). Além disso, houve a disponibilização de novos conteúdos de transparência ativa bem como o aprimoramentos de outras consultas e relatórios, tais como:
  - Novo Painel de Obras do Portal da Transparência traz as obras geridas pelo



- Governo do Estado de Pernambuco cadastradas na plataforma Transferegov.br e nos programas do Governo Federal: PAC - Programa de Aceleração do Crescimento e Programa Avançar;
- Novo Painel de convênios do Estado de Pernambuco traz informações sobre os instrumentos formalizados com os entes municipais tais como período de vigência, objeto, bem como consulta ao inteiro teor do instrumento;
  - Novas informações públicas na área de recursos humanos, com dados sobre estagiários e concursos públicos realizados e em andamento.
- Obtenção do Selo Ouro no Levantamento Nacional de Transparência Pública (LNTP), com 85,18% de atendimento aos itens avaliados. O levantamento é realizado pela Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (ATRICON).
  - Realização do 1º Seminário de Transparência e Participação Cidadã. Realização de primeiro seminário promovido pelo poder executivo estadual para promoção dos temas de transparência pública e participação social, com a presença de especialistas de todo o país, do poder público e de organizações da sociedade civil:
    - Maria Dominguez (Transparência Internacional - Brasil);
    - Oto Lima (Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos);
    - Bruno Morassutti (ONG Fiquem Sabendo);
    - Guilherme Fortuna (CGU);
    - Pierre Lucena (Porto Digital).
  - Atendimento a cidadãos e gestores públicos em geral. Em 2023, a DTPC concluiu 532 atendimentos a gestores públicos e cidadãos. São atendimentos realizados por múltiplos canais (e-mail, canal da ouvidoria, telefone, entre outros), sobre os mais variados temas, com os seguintes destaque:
    - Portal da Transparência - 167 atendimentos concluídos;
    - Páginas da LAI - 247 atendimentos concluídos;
    - Outros temas - 118 atendimentos concluídos.

#### 1.11. Diretoria de Planejamento e Gestão (DPGE)

É objetivo da DPGE articular as atividades finalísticas com as atividades de suporte dentro da SCGE; dirigir o planejamento, a gestão administrativa de pessoas, orçamentária e financeira; e, dar suporte aos processos de compras e contratações públicas.

Seguem os principais resultados alcançados pela DPGE em 2023:

- Elaboração e coordenação do Planejamento Estratégico 2024-2027;
- Elaboração e coordenação do planejamento anual SCGE 2023;



- Monitoramento das ações da SCGE;
- Elaboração do Relatório de Desempenho da Gestão SCGE (referente ao exercício 2022);
- Coordenação da elaboração/revisão de processos na SCGE;
- Atualização do Portfólio SCGE;
- Elaboração da LOA 2023, com revisão Programática de todas as ações;
- Construção do Painel de Informações Gerenciais;
- Elaboração de 11 Relatórios de Análise Contábil;
- Emissão de 10 Pareceres de Análise de Reajuste Contratual;
- Emissão de 302 Mapas de Retenção Tributária; e
- Concluído o 5º Ciclo do Gestão por Competências em dezembro/22.

#### 1.12. Diretoria de Tecnologia da Informação do Controle Interno (DTCI)

Compete à DTCI planejar e dirigir os processos relativos à gestão e governança da Tecnologia da Informação para apoiar a implementação das estratégias da Secretaria da Controladoria-Geral do Estado; planejar e dirigir os processos relativos à gestão estadual da Proteção de dados Pessoais; criar e prover o funcionamento de modelos e políticas relacionadas à Tecnologia da Informação e à Proteção de Dados Pessoais; planejar e dirigir estudos de soluções de Tecnologia da Informação que ampliem a capacidade de atuação da SCGE; e, gerir e estimular o ambiente de inovação para subsidiar o aperfeiçoamento das atividades do controle interno.

Seguem os principais resultados alcançados pela DTCI em 2023:

- Participação no Grupo de Trabalho para adoção, na SCGE, do modelo IA-CM, desenvolvido pelo Instituto de auditores Internos (IIA), no papel de Coordenação do Projeto;
- Elaboração do PETI - Planejamento Estratégico de TI - 2024-2027
- Elaboração da fase inicial do PDTI - Plano Diretor de Tecnologia da Informação 2024-2027
- Monitoramento Estadual da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD):
  - 14 Documentos de apoio à Rede (manual, guia, mapas, modelos);
  - Realização da Autoavaliação da Rede - NCPD 2023;



- Elaboração da Política de Controle de Acesso - PCA;
  - Revisão do Método de Avaliação de Riscos de SI&P;
  - Aperfeiçoamento do Processo de Adequação à LGPD;
  - Atualização do Projeto de Adequação à LGPD;
  - Diagnóstico Preliminar SCGE + Painel BI;
  - Mapeamento Processo: Atendimento aos Titulares de dados Pessoais;
  - Realização de Capacitações sobre o tema LGPD para os servidores de PE;
  - Orientação da Rede e Estudos Técnicos;
  - Participação Câmara Técnica CONACI;
  - LGPD na SCGE - Inventário + Avaliação de Riscos;
  - Elaboração da Política de Gestão de Riscos de SI&P;
  - Realização do Encontro Rede de Encarregados;
  - Elaboração do Manual de Gestão de Riscos de SI&P;
  - Elaboração da Política de Resposta a Incidentes de SI&P.
- Produção de Informações (Painéis , Trilhas e Ambiente de Dados):
    - Portal da Transparência (manutenções nos painéis de despesa, receitas, licitações, contratos, benefícios fiscais, remunerações);
    - Ajustes no Portal da Transparência :
      - Alterações Fontes de Recursos
      - Ajustes para o ranking da Atricon
      - Detalhamento de Liquidações no Portal da Transparência
      - Anonimização de CPFs na OBS de empenho
      - Entrega de painéis customizados para TJPE;
    - Avaliação da nova versão do Pentaho Server ;
    - Análise de ferramenta institucional de Banco de Dados e BI;
- Sistemas:
    - Entrega do Portal da Transparência dentro dos padrões da ATRICON;
    - Gestão do desenvolvimento do Sistema CRT (Cadastro de Regularidade e Transferências), contemplando a Integração com o GTV (Gestão de Transferências Voluntárias);
    - Gestão do Desenvolvimento do Sistema de Ouvidoria - OUVE.PE;
    - Gestão do Desenvolvimento do Sistema Integridade;Estudos de Viabilidade Técnica para aquisição de sistemas: de Auditoria, “E-AUD”, do TCE-PE, de Riscos, “SAEWEB” do CGE-DF e da Empresa Módulo;
    - Análise e homologação do Código de programação desenvolvido para o Sistema ARE - Acompanhamento de regularidade estadual;
    - Gestão de Contratos (Fábrica de Software)
- Infraestrutura:



- Gestão da internet;
- Gestão da Rede interna (intranet, extranet, pasta de redes);
- Gestão do Ambiente do Datacenter (Servidores, Discos, Banco de Dados, Softwares;
- Aquisições de TI ( 30 Notebooks, Serviço de impressão, entre outros);
- Gestão de Contratos (Impressão, conjunto de ferramentas colaborativas em nuvem, Telefonia Fixa e móvel);
- Gestão da Segurança de Informação;
- Sustentação dos Serviços de SUPORTE à infraestrutura de TI (Cerca de 1.800 atendimentos por ano);
- Gestão de demandas: Foram 1.331 demandas atendidas no ano;
- Projeto Novo domínio Rede Interna;
- Criação de políticas de consumo de internet;
- Estruturação da infraestrutura de TI para atendimento da demanda emergencial do teleatendimento (13° Bolsa família);
- Processo de Ampliação do Link de internet para 80MB;
- Estudos para contratação de segurança SIEM, SOC e Backup;
- Disponibilização do ambiente do novo Pentaho Server 9;
- Elaboração da arquitetura de TI (Data Center);
- Projeto Mudança de Domínio dos e-mails institucionais.

### 1.13. Diretoria da Ouvidoria-Geral do Estado (DOGE)

Compete à DOGE propor diretrizes e normas relacionadas a Rede de Ouvidorias do Poder Executivo; desenvolver e fomentar a implantação de normas e procedimentos para a Política de Ouvidorias para a defesa dos direitos dos usuários de serviços públicos; orientar as atividades e gerir o desempenho da Rede de Ouvidorias do Poder Executivo Estadual; apoiar as ações da Ouvidoria-Geral do Estado; coordenar o Serviço de Informação ao Cidadão; secretariar o Comitê de Acesso à Informação; e, analisar e encaminhar as manifestações de competência da Secretaria da Controladoria-Geral do Estado.

Seguem os principais resultados alcançados pela DOGE em 2023:

- Ouvidoria:
  - Assinatura “Carta Compromisso para Prevenção e Combate aos Assédios” e recebimento de Selo pela Associação Brasileira de Ouvidores, sendo o primeiro Estado a firmar este compromisso, seguido da capacitação de 100% da Rede de Ouvidorias em capacitação oferecida pela Associação;
  - Grupo de Trabalho é criado na Rede de Ouvidorias para desenvolver a proposta da Política Estadual de Prevenção e Combate aos Assédios.
  - Publicada Portaria SCGE Nº 51, de 10 de outubro de 2023, que estabelece os



- procedimentos e orientações para o tratamento de denúncias e proteção ao denunciante a serem observados pela Rede de Ouvidorias do Poder Executivo do Estado de Pernambuco.
- Realizados 3.405 atendimentos a dúvidas de ouvidores, interlocutores e autoridades do acesso à informação;
  - Realizadas 38 ações de capacitação e desenvolvimento, sendo elas:
    - 16 cursos;
    - 12 oficinas;
    - 7 palestras e
    - 3 eventos.
  - Construído, de maneira participativa, o Planejamento Estratégico da Rede Estadual de Ouvidorias para o quadriênio 2024-2027.
  - Desenvolvido grande parte do Sistema informatizado de Ouvidoria OUVIPE, em entrará em uso em 2024;
  - 1º Lugar no Brasil, em avaliação do Governo Estadual, nas demandas do Reclame Aqui.
  - Registradas 122.513 manifestações na Rede de Ouvidorias, sendo 14.003 delas, ou seja 11%, registradas pela Ouvidoria-Geral do Estado. 86% dessas manifestações foram concluídas no prazo legal. Além das manifestações encaminhadas à Rede de Ouvidorias, a OGE registrou outras 16.915 manifestações e Central Telefônica 162 realizou 17.486 atendimentos;
  - Registrados no Serviço de Informação ao Cidadão em 2023, 2.631 Pedidos de Acesso à Informação, com resolutividade de 57% e 332 Recursos, com o cumprimento do prazo legal em 40% deles;
  - Destaque para atuação integrada com a Ouvidoria da então Secretaria de Desenvolvimento Social, Criança, Juventude de Prevenção às Drogas para atendimento aos beneficiários do Décimo Terceiro do Bolsa Família Estadual que mobilizou aproximadamente 30 pessoas e 06 órgãos do Poder Executivo Estadual, resultando na realização de mais de 10 mil atendimentos em 15 dias;
  - Elaborado, de maneira participativa, o Planejamento Estratégico da Rede Ouvir-PE para o quadriênio 2024-2027.
  - Integrando o Conselho Diretivo da Rede Nacional de Ouvidorias, houve a participação ativa nas deliberações do Conselho.



## Conclusão

As atividades desenvolvidas pela SCGE objetivam o direcionamento do exercício das funções de controle interno (Auditoria, Controladoria, Ouvidoria e Correição) de forma integrada entre suas diretorias, em parceria com o controle externo.